



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

**Natal com Justiça**

O Natal deste ano não deixará de ser Natal, a renovação do apelo à concórdia e à solidariedade humanas, tantas vezes esquecidas ao longo do ano.

Mas este Natal não deixará também de ser diferente para todos os portugueses.

Por nós perpassa a angústia coletiva que nos ficou do verão passado, pela tristeza das vidas perdidas, pela impotência face ao perigo, pelo fracasso das estruturas públicas, pelas perdas de toda a sorte e pelas incertezas da reparação que é devida.

Matas e habitações, ricos e pobres, novos e velhos foram irmanados pela potência destruidora do fogo.

A fogueira deste Natal não terá o calor dos outros Natais.

O fogo que é vida foi este ano o fogo que é desgraça.

A solidariedade de todos nós, os que menos sofremos, está e estará sempre presente.

Mas, se incúria houve, ninguém poderá deixar de receber o que lhe é devido.

Se não houve incúria, que tenha lugar a intervenção da função social do Estado, a ser exercida segundo os princípios constitucionais que a regem.



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

Num caso ou noutro a Justiça deverá humanizar a injustiça que o fogo gerou.

Ora, tal como os fogos não se apagam (demasiado) longe do fogo, também a Justiça se não faz no mundo virtual, em aplicações para telemóvel ou portais informáticos, mas no caso concreto.

A reparação dos prejuízos dos incêndios tem de ser feita com Justiça.

A intervenção de Juízes nesse ato constituirá garantia de que os direitos individuais serão respeitados.

Subsistem, no entanto, valores coletivos que se não bastam com essa reparação individual e que também deverão ser acautelados.

A confiança nas instituições públicas e nas instituições privadas que vivem de dinheiros públicos é um desses valores.

Evitar que a tragédia se repita exige decisões.

E essas decisões deverão ser justas.

Para além de vidas humanas, com valor para além do valor, o fogo destruiu propriedades.

É necessário que a propriedade que era de todos se mantenha como propriedade de todos e não passe a ser propriedade de ... só alguns.

Este perigo existe e depressa crescerá.

Arrendamentos florestais de longo prazo trazem o risco de concentração da propriedade do país em alguns, poucos, nacionais ou não.



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

O Supremo Tribunal de Justiça tem jurisprudência no sentido de que as pessoas coletivas não adquirem propriedade por usucapião, mas a jurisprudência muda.

O registo predial de matas, florestas e outros solos, podendo ser útil, se apressado, não deixa de comportar riscos.

Até há poucos anos atrás era consensual o entendimento de que *“tudo o que não é privado é público”*.

Regras contabilísticas recentes, que impõem o registo predial da propriedade de entidades públicas, permitem a afirmação do princípio contrário (tudo o que não está registado em nome de entidades públicas é privado), podendo constituir um agente facilitador de passagem de propriedade pública para interesses privados.

O interesse público costuma fraquejar perante “grandes interesses”.

Numa perspetiva global, a imposição do registo predial rústico, pela idealização e execução apressadas, pela despesa não recuperável que acarreta e pela dinâmica dos interesses presentes, pode lançar sobre centenas de milhares de pequenos proprietários a injustiça da espoliação dos seus bens.

Na perspetiva das vítimas, esse registo constituirá mais uma incómoda imposição a agravar o seu sofrimento.

Em substância, revelar-se-á um ato inútil porque, desde a década de trinta do século XX, que o Estado Português mantém o seu “registo” de proprietários, para efeitos fiscais.



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

Uma provável injustiça, de secretaria, a acrescentar à injustiça da natureza.

Os Tribunais não têm meios nem estão vocacionados para fazer Justiça, nem para uma nem para outra.

As atuais gerações de juízes atingirão a idade de reforma sem que os conflitos criados pelo sector financeiro se encontrem decididos.

Um registo de prédios rústicos, imposto e sem o cuidado devido, nas circunstâncias atuais, com as cinzas do fogo e o espectro das árvores ardidas, poderá gerar conflitos para além de gerações de juízes que ainda não nasceram.

Este é também um campo de intervenção da Justiça, que se não deve circunscrever à decisão atomística de cada conflito, mas prevenir a criação de outros.

Um estudo da Fundação Manuel dos Santos, que incidiu, além do mais, sobre a atividade diária de dois tribunais, apresentado no dia 4 deste mês, concluiu que o seu funcionamento se deve, em grande parte, à capacidade de improviso e ao esforço pessoal e de conjunto dos juízes e funcionários.

É o tradicional “desenrasca” português, de quem faz e bem o que as simples regras técnicas, aqui legais, não permitiriam que se fizesse.

Mas a Justiça não tem que ser assim.

Para que a Justiça possa funcionar bem, independentemente do voluntarismo das pessoas que nela trabalham, é necessário que (1) as leis comprovadamente mal feitas sejam corrigidas, que (2) as duvidosas



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

sejam avaliadas e que (3) as leis futuras sejam ponderadas, na sua necessidade, para a vida dos nossos cidadãos.

Leis que interessam apenas a alguns talvez não sejam necessárias para os portugueses.

Leis justas, ponderadas, funcionais e que interessam à vida dos cidadãos permitir-nos-ão cumprir melhor a nossa função de administração de Justiça.

Em 2017, com os recursos humanos e os meios materiais de que dispomos, fizemos o que nos era possível, muitas vezes com sacrifício pessoal e familiar.

Em 2018 prosseguiremos o nosso esforço, equilibrando celeridade e qualidade, procurando estar mais próximos dos nossos cidadãos, a quem pedimos exigência e espírito crítico, pois só assim retiraremos realização no nosso trabalho, tantas vezes silencioso e algumas ingrato.

É com este firme propósito que,

**O Tribunal da Relação de Lisboa deseja a todos/todas umas Boas Festas e um 2018 com mais alegria e mais Justiça.**

Lisboa, 15 de Dezembro de 2017.

O Presidente

